

Contas públicas Desempenho encerrado no mês passado já garantiu toda a meta da LDO até agosto

Governo central tem superávit primário de R\$ 3,6 bi em julho

Rodrigo Bittar
De Brasília

O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou um superávit primário de R\$ 3,640 bilhões no mês passado, informou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Esse desempenho elevou o superávit acumulado entre janeiro e julho para R\$ 37,980 bilhões, valor equivalente a 4,02% do Produto Interno Bruto (PIB).

O desempenho nos sete primeiros meses do ano já garantiu o cumprimento da meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os primeiros oito meses do ano, que é de um superávit primário da ordem de R\$ 33,1 bilhões para o governo central até o fim de agosto. "Nos próximos meses, a expectativa é de realizar menos superávit primário para convergir para a meta", informou Levy. A meta, no caso do governo central, é de 2,45% do PIB.

Segundo Levy, o resultado

acumulado deu folga para o cumprimento da meta, mas ainda não há clareza sobre a possibilidade de haver uma nova rodada de liberação de recursos retidos no orçamento, que tem aproximadamente R\$ 3,1 bilhões contingenciados. "A execução (orçamentária) está mais robusta do que no ano passado, vamos esperar até o fim de agosto para ver se estaremos dentro da meta ou não", disse.

O relatório divulgado pelo Tesouro Nacional mostra que a execução financeira dos ministérios da área social (Saúde, Educação, Previdência, Assistência Social e Desenvolvimento Social) estava em 98,3% em julho, enquanto nas outras pastas esse patamar foi de 82,9%.

Na decomposição do resultado apurado ao longo do ano, o Tesouro Nacional foi responsável por um superávit de R\$ 52,669 bilhões, 19% superior ao do mesmo período do ano passado. A Previdência e o Banco Central tiveram déficits primários de R\$ 14,577 bilhões e R\$

111,8 milhões respectivamente, no acumulado de janeiro a julho. No caso da Previdência, o déficit foi 20% maior na mesma comparação.

Também em julho, a dívida líquida do Tesouro foi beneficiada pela queda consistente da parcela de títulos internos atrelados ao câmbio e caiu R\$ 9 bilhões, para R\$ 383,29 bilhões, contra os R\$ 392,26 bilhões registrados em junho. A redução foi equivalente a 0,56 ponto percentual do PIB, já que essa comparação saiu de 24,6% em junho para 24,1% no mês passado.

Como a dívida do Tesouro é parte da dívida líquida consolidada do setor público, esta pode ter ficado até abaixo dos 55% do Produto Interno Bruto (PIB) no mês de julho, situação que não acontecia desde março de 1993. Hoje o Banco Central divulga esse dado, importante indicador da solvência do país, especialmente perante os investidores. No mês anterior, essa proporção foi de 55,98% do PIB do país.

A dívida interna líquida saiu de R\$ 165,47 bilhões em junho para R\$ 160,62 bilhões em julho, enquanto a dívida externa líquida saiu de R\$ 226,75 bilhões para R\$ 222,67 bilhões, na mesma comparação.

Levy comentou que os resgates consecutivos de papéis internos atrelados ao dólar já levaram a uma redução para o equivalente a 5,47% do total da dívida do Tesouro, que não contabiliza a exposição com contratos de swaps cambiais. Em setembro de 2002, essa parcela equivalia a 29% do total da dívida do setor público.

Resultado primário

Governo Central - 2004/03 - R\$ milhões

Discriminação	Jan-Jul	Jan-Jul
	2003	2004
Receita total	203.398,8	236.410,6
Transferências a Estados e municípios	36.097,9	38.193,0
Receita líquida total	167.300,9	198.217,6
Despesa total	135.203,9	160.237,5
Resultado primário Governo Central	32.097,0	37.980,1
Tesouro Nacional	44.287,6	52.669,2
Previdência Social	-12.089,2	-14.577,3
Banco Central	-101,3	-111,8
Resultado primário/PIB	3,77%	4,02%